

a 1963, ...», e na nova redacção dada ao artigo 40.º do mesmo decreto-lei, onde se lê: «... que não lhes sejam imputáveis», deve ler-se: «... que não lhes sejam imputáveis».

Presidência do Conselho, 14 de Maio de 1973. — O Presidente do Conselho, *Marcello Caetano*.

MINISTÉRIO DO INTERIOR

Comando-Geral da Guarda Nacional Republicana

Decreto-Lei n.º 270/73

de 30 de Maio

Considerando que os lugares de médicos, veterinários e farmacêuticos da Guarda Nacional Republicana existentes nos quadros anexos ao Decreto-Lei n.º 33 905, de 2 de Setembro de 1944, nem sempre podem ser providos por oficiais do Exército daquelas especialidades;

Considerando que é indispensável assegurar um funcionamento eficiente àqueles três ramos de serviço da Guarda Nacional Republicana;

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Os lugares de médicos, veterinários e farmacêuticos da Guarda Nacional Republicana existentes nos quadros anexos ao Decreto-Lei n.º 33 905, de 2 de Setembro de 1944, poderão, sempre que for necessário, ser preenchidos por civis possuidores das respectivas habilitações profissionais a contratar mediante proposta do comandante-geral.

Art. 2.º As remunerações dos contratados, nos termos do artigo anterior, serão liquidadas pela verba inscrita na rubrica «Pessoal dos quadros aprovados por lei», do orçamento da Guarda Nacional Republicana, destinada a remunerar os médicos, veterinários e farmacêuticos militares que por essa forma são substituídos.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros. — *Marcello Caetano* — *António Manuel Gonçalves Rapazote*.

Promulgado em 17 de Maio de 1973.

Publique-se.

O Presidente da República, AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

4.ª Repartição da Direcção-Geral da Contabilidade Pública

De harmonia com o disposto no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 54/72, de 15 de Fevereiro, se publica que foram autorizadas as seguintes transferências de verbas e alterações de rubricas, nos termos do n.º 2 do artigo 3.º e nos do artigo 4.º do mesmo diploma:

| Capítulo | Artigos | Números | Alíneas | Rubricas | Reforços e inscrições | Anulações | Referência à autorização ministerial |
|----------|--------------|---------|---------|---|-----------------------|------------|--------------------------------------|
| 1.º | 7.º 8.º | 1 | | Despesa ordinária Gabinete do Ministro Remunerações por serviços auxiliares | 7 950\$00 | —\$ | (a) (b) |
| | | | | Bens duradouros: Material de educação, cultura e recreio | 2 500\$00 | —\$ | (a) (b) |
| 2.º-A | 51.º-A | 1 | | Secretaria-Geral Vencimentos e salários: Vencimentos: Pessoal dos quadros aprovados por lei | —\$ | 16 450\$00 | (a) (b) |
| | 51.º-C | | 1 | Horas extraordinárias | 6 000\$00 | —\$ | (a) (b) |
| 3.º | 52.º | 1 | | Direcção-Geral dos Serviços Judiciais Direcção-Geral Vencimentos e salários: Vencimentos: Pessoal dos quadros aprovados por lei | —\$ | 14 350\$00 | (a) (b) |
| | 55.º 58.º | | 1 | Horas extraordinárias | 3 350\$00 | —\$ | (a) (b) |
| | | | | Remunerações por serviços auxiliares | 11 000\$00 | —\$ | (a) (b) |